

Edição nº 50 – 9 a 13 de outubro

REFORMA ELEITORAL VALERÁ PARA 2018

Após enfrentar um calendário apertado, o Congresso Nacional concluiu a votação da chamada “reforma eleitoral” dentro do prazo necessário para que as alterações passem a valer já no pleito de 2018. Resumidamente, foram aprovados (i) a “cláusula de barreira”; (ii) a criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, no valor de quase R\$ 2 bilhões; (iii) teto para campanhas e (iv) a criação de crowdfunding.

Na última quarta-feira, o Congresso promulgou, em sessão solene, a Emenda Constitucional nº 97, decorrente da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 33/2017. A PEC havia sido aprovada pelo Senado Federal na noite anterior. O texto aprovado estabelece normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão, regras que já passam a valer para as eleições do ano que vem, bem como proíbe as coligações partidárias nas eleições proporcionais a partir do processo eleitoral de 2020.

A chamada “cláusula de barreira”, criada pela Emenda nº 97, determina um desempenho mínimo nas eleições do próximo ano para que os partidos tenham acesso aos recursos do Fundo Partidário e ao tempo de rádio e TV. De acordo com o texto da emenda, o quociente exigido será aumentado gradativamente até 2030, quando os partidos precisarão receber ao menos 3% dos votos válidos distribuídos em pelo menos nove unidades da Federação.

Na madrugada de quinta-feira foi a vez da Câmara dos Deputados aprovar matérias relacionadas à reforma política. O Projeto de Lei (PL) nº 8.703/2017, que cria o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), foi aprovado juntamente com o PL nº 8.612/2017, que trata das regras sobre a distribuição dos recursos desse fundo eleitoral. Conforme dispõe o texto aprovado, fica estabelecida a criação de um fundo para financiar as eleições de 2018, no valor de R\$ 1,7 bilhão, com recursos provenientes de 30% do total das emendas parlamentares de

bancada e do corte de gastos com propaganda eleitoral no rádio e na TV.

O texto aprovado pela Câmara ainda definiu o teto para as campanhas políticas, sendo de R\$ 70 milhões para a disputa à Presidência da República, R\$ 2,5 milhões para a eleição de deputados federais, R\$ 1 milhão para deputados estaduais e distritais e entre R\$ 2,8 milhões e R\$ 21 milhões para governadores, a depender do número de eleitores da unidade da Federação verificado no dia 31 de maio. Candidatos ao Senado poderão gastar entre R\$ 2,5 milhões e R\$ 5,6 milhões. Os gastos para o segundo turno, nas eleições do presidente da República e de governadores, poderão alcançar metade do teto previsto para o primeiro turno.

Outra novidade dos textos aprovados é a possibilidade de arrecadação de valores para as campanhas eleitorais por meio de venda de bens e serviços e financiamento coletivo (crowdfunding). Neste último caso, a Lei determina que haja a emissão de recibos para o doador que tiver contribuído com a campanha por meio do sistema. A doação proveniente de pessoas jurídicas continua proibida, conforme decisão da Suprema Corte.

Os dois PLs foram sancionados com vetos pelo presidente Michel Temer na sexta-feira (6) e as respectivas Leis, nºs 13.487 e 13.488, foram publicadas em edição extraordinária do Diário Oficial da União, dentro do prazo máximo para que sejam aplicáveis às eleições de 2018.

O presidente Temer vetou os dispositivos que obrigavam os sítios na Internet a retirar do ar, sem decisão judicial, conteúdos que fossem denunciados por conter “discurso de ódio, disseminação de informações falsas ou ofensa em desfavor de partido ou candidatos”, também chamadas de fake news. Ainda, foi vetado o dispositivo que determinava um teto para o autofinanciamento das campanhas. De acordo com o texto sancionado, cada candidato poderá arcar com 100% dos custos de sua campanha eleitoral.

7 Dias no Poder é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócios responsáveis: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br) e

Luiz Fernando Visconti (visconti@tozzinifreire.com.br).

www.tozzinifreire.com.br

DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA

CCJC DA CÂMARA APROVA NOVO EQUIPAMENTO OBRIGATÓRIO EM AUTOMÓVEIS

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara aprovou, na última quarta-feira, nos termos do parecer do deputado Luiz Fernando Faria (PP-MG), o PL nº 3.404/2015, de autoria do deputado Moses Rodrigues (PPS-CE), que altera o Código de Trânsito Brasileiro para incluir, entre os equipamentos obrigatórios dos veículos, extintor de incêndio com carga de pó ABC. O projeto foi aprovado em apreciação conclusiva pelas Comissões e, se não for interposto recurso por 1/10 dos deputados (51 deputados) para levar o projeto à apreciação do Plenário da Câmara, será encaminhado diretamente à análise do Senado Federal.

FIQUE DE OLHO

CTASP APROVA PL QUE REGULA A PROFISSÃO DE TELEMARKETING

Na última quarta-feira, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados aprovou, na forma do substitutivo apresentado pelo deputado Benjamin Maranhão (SD-PB), o PL nº 6.875/2013, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de operador de telemarketing. Agora, o PL seguirá à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) para análise.

FIQUE DE OLHO

PL APROVADO FACULTA ÀS EMPRESAS MANTER MAIS DE UM PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

O PL nº 6.387/2016, que altera a Lei de Participação nos Lucros para facultar às empresas manter simultaneamente mais de um programa de distribuição, foi aprovado na última quarta-feira pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), em consonância com o parecer apresentado pelo deputado Assis Melo (PCdoB-RS). A proposição agora será analisada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS).

CME APROVA INCENTIVO FISCAL PARA VEÍCULOS MOVIDOS A GÁS

Na última quarta-feira, a Comissão de Minas e Energia (CME) da Câmara dos Deputados aprovou, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS), o PL nº 4.763/2016, que dispõe sobre incentivos fiscais para produção de veículos movidos a gás. Agora, o projeto seguirá à Comissão de Finanças e Tributação (CFT) para deliberação.

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DA MP Nº 789/2017
11/10/2017, às 14H

Audiência Pública para debater a MP nº 789/2017, que altera as regras da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (CI)
10/10/2017, às 9H

PLS nº 603/2015, que disciplina o licenciamento ambiental dos aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes.

Relator: sen. Wilder Moraes (PP-GO)

Relatório: pela aprovação.

GLOSSÁRIO

PEC: Proposta de Emenda à Constituição

PLP: Projeto de Lei Complementar na Câmara

PL: Projeto de Lei Ordinária na Câmara

PLC: Projeto de Lei Ordinária da Câmara no Senado

PLS: Projeto de Lei Ordinária do Senado no Senado

MP: Medida Provisória

PLV: Projeto de Lei de Conversão

PRC: Projeto de Resolução da Câmara

PRS: Projeto de Resolução do Senado

PDC: Projeto de Decreto Legislativo da Câmara

PDS: Projeto de Decreto Legislativo do Senado

PFC: Proposta de Fiscalização e Controle

RCP: Requerimento de Constituição de CPI

REQ: Requerimento

VET: Veto

COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE (CMA)
10/10/2017, às 11H30

PLS nº 63/2017, que altera a Lei dos Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998) para agravar a pena para quem extrair recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida.

Relator: sen. Sérgio Petecão (PSD-AC)
Relatório: pela aprovação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO
09/10/2017, às 16H

FIQUE DE OLHO

PLV nº 29/2017, originário da MP nº 784/2017, que institui um novo marco regulatório para o processo administrativo sancionador instaurado pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Relator: dep. Alfredo Kaefer (PSL-PR)
Relatório: pela aprovação, com emendas.

PL nº 1.202/2007, que disciplina a atividade de lobby.

Relatora: dep. Cristiane Brasil (PTB-RJ)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
11/10/2017, às 10H

PL nº 5.896/2016, que torna obrigatória a inclusão de cláusula nos contratos de adesão aos serviços de telefonia fixa, móvel e de banda larga móvel, liberando o consumidor do contrato de fidelização no caso de má prestação de serviço por parte da concessionária.

Relator: dep. Vitor Valim (PMDB-CE)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)
10/10/2017, às 10H

Solicitação para Instauração de Processo nº 2/2017, do Supremo Tribunal Federal, que encaminha, para os fins de autorização de instauração de processo, denúncia formulada pelo Ministério Público Federal em desfavor do presidente da República, Michel Miguel Elias Temer Lulia, e dos ministros de Estado Eliseu Lemos Padilha e Wellington Moreira Franco, nos autos dos Inquéritos nºs 4.483 e 4.327.

Relator: dep. Bonifácio de Andrada (PSDB-MG)
Relatório: a proferir.

11/10/2017, às 10H

PEC nº 181/2012, que estabelece regime de cobrança unificada dos tributos sobre a renda, o consumo e a folha de pagamentos.

Relator: dep. Rogério Rosso (PSD-DF)
Relatório: pela admissibilidade.

PLP nº 01/2015, que institui o seguro obrigatório de responsabilidade civil das empresas, dos proprietários e dos promotores ou organizadores de eventos artísticos, recreativos, culturais, esportivos e similares, por riscos ou acidentes que possam ocorrer com a realização dos eventos por eles promovidos.

Relator: dep. Fábio Sousa (PSDB-GO)
Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

FIQUE DE OLHO

PDC nº 640/2017, que convoca plebiscito para consultar a população acerca do seu interesse em manter o voto obrigatório no país ou em adotar o voto facultativo.

Relator: dep. Sergio Zveiter (PODE-RJ)
Relatório: pela aprovação.

PL nº 5.097/2016, que garante aos consumidores o direito de livre escolha da oficina ao acionar sua seguradora em caso de sinistro.

Relator: dep. Moses Rodrigues (PMDB-CE)
Relatório: pela aprovação, com emenda.

PL nº 7.553/2017, que dispõe sobre a multipropriedade, como no regime de time-sharing.

Relator: dep. Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)
10/10/2017, às 9H30

PL nº 4.637/2012, que estabelece a forma, o prazo, o cumprimento e demais atos em razão dos recalls de veículos automotores, com o fim de evitar acidentes pelo não atendimento por parte dos consumidores e dos fornecedores.

Relatora: dep. Maria Helena (PSB-RR)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)
10/10/2017, ÀS 9H30

PL nº 2.660/2015, que altera o Código Civil para oferecer novo tratamento punitivo ao sócio infrator na sociedade simples e para tratar dos lucros e das perdas dos sócios prestadores de serviços.
Relator: dep. Vinicius Carvalho (PRB-SP)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 6.783/2016, que altera o Código Civil para dispor sobre a faculdade de os sócios estipularem contratualmente a responsabilidade solidária em face das obrigações sociais.
Relator: dep. Cesar Souza (PSD-SC)
Relatório: pela aprovação, com emenda.

PL nº 7.063/2017, que altera a Lei da Parceria Público-Privada para reduzir o valor mínimo desses contratos quando firmados com os estados, os municípios e o Distrito Federal.
Relator: dep. Jorge Côrte Real (PTB-PE)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 7.609/2017, que altera a Lei das Sociedades por Ações, ampliando para R\$ 10 milhões o valor máximo admitido de patrimônio líquido para que a sociedade anônima de capital fechado se enquadre no regime simplificado de publicidade de atos societários.
Relator: dep. Walter Ihoshi (PSD-SP)
Relatório: pela aprovação, com emenda.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)
10/10/2017, ÀS 10H

PLP nº 234/2012, que determina que o ISS passe a ser devido no local do estabelecimento do prestador do serviço de mão de obra ou, na falta de estabelecimento no município onde o serviço é prestado, onde o prestador estiver domiciliado.
Relator: dep. Izalci Lucas (PSDB-DF)
Relatório: pela rejeição.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (CSPCCO)
10/10/2017, ÀS 10H30

PL nº 7.688/2017, que veda ao colaborador ou terceiro a ele associado, no curso ou após a homologação da colaboração premiada, a obtenção de benefícios econômicos de qualquer natureza resultantes da informação privilegiada produzida por ele no procedimento.
Relator: dep. Rocha (PSDB-AC)
Relatório: pela aprovação.

PL nº 7.877/2017, que autoriza que o Conselho Monetário Nacional estabeleça valores máximos para a realização de transações financeiras em dinheiro, sendo que as transações financeiras que ultrapassem tais limites deverão ser realizadas por meio eletrônico.
Relator: dep. Delegado Waldir (PR-GO)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)
10/10/2017, ÀS 9H

Audiência Pública para debater a privatização do setor elétrico e os impactos na vida dos trabalhadores brasileiros.

10/10/2017, ÀS 14H

PL nº 3.123/2012, que altera a Lei de Execuções Penais para estabelecer as normas de privatização dos serviços penitenciários.
Relator: dep. Benjamin Maranhão (SD-PB)
Relatório: pela aprovação.

PL nº 6.445/2013, que altera a Lei das Licitações para vedar a participação em certames licitatórios de empresas que tenham, em período eleitoral, prestado serviços ou feito doações para candidatos ou partidos políticos.
Relator: dep. Roberto de Lucena (PV-SP)
Relatório: pela aprovação, com emenda.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTE (CVT)
10/10/2017, ÀS 10H

PL nº 3.743/2015, que determina que as empresas de serviço de transporte coletivo disponibilizem internet Wi-Fi em seus serviços.
Relator: dep. Wilson Beserra (PMDB-RJ)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO ESPECIAL DE REGULAÇÃO DE MOEDAS VIRTUAIS PELO BANCO CENTRAL
10/10/2017, ÀS 14H30

Audiência Pública sobre planos de fidelização e seu impacto sobre os consumidores.

